ReGeo ISSN: 2177-3246

# EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E GOVERNANÇA: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA ESTADUAL JESUS DE NAZARÉ NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO AMAPÁ

# EDUCATION, DEMOCRACY AND GOVERNANCE: THE EXPERIENCE OF THE JESUS DE NAZARÉ STATE SCHOOL IN FULL-TIME EDUCATION POLICY IN AMAPÁ

# EDUCACIÓN, DEMOCRACIA Y GOBERNANZA: LA EXPERIENCIA DE LA ESCUELA ESTATAL JESUS DE NAZARÉ EN LA POLÍTICA DE EDUCACIÓN A TIEMPO COMPLETO EN AMAPÁ

https://doi.org/10.56238/revgeov17n11-042

**Data de submissão:** 19/09/2026 **Data de publicação:** 03/11/2026

**Antonia Deusa Sá**
Doutoranda em Estudos de Fronteira
Instituição: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
E-mail: antoniasocio@gmail.com

**José Francisco de Carvalho Ferreira**
Doutor em Geografia e Planeamento Territorial
Instituição: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
E-mail: zfcofer@unifap.br

## RESUMO

Este artigo analisa a implementação da política de Educação em Tempo Integral (ETI) no estado do Amapá, tomando como objeto empírico de investigação a experiência da Escola Estadual Jesus de Nazaré (EEJN), localizada no município de Macapá. O estudo problematiza as tensões inerentes entre a formulação centralizada da política educacional — fundamentada no modelo "Escolas do Novo Saber" e inspirada no programa "Escola da Escolha" do estado de Pernambuco —, os processos de transferência institucional sem as devidas adequações socioespaciais e as dinâmicas territoriais concretas da Amazônia setentrional de fronteira. A metodologia caracteriza-se como um estudo de caso qualitativo, de orientação interpretativa, apoiado em análise documental, dados descritivos do Censo Escolar e suporte teórico do Neoinstitucionalismo Histórico, da Teoria dos Subsistemas de Políticas Públicas e da Geografia do Poder. Os resultados evidenciam que a implantação da jornada ampliada culminou em um vertiginoso esvaziamento institucional, reduzindo as matrículas da escola de 1.250 em 2018 para apenas 75 estudantes em 2024, desencadeando conflitos públicos, propostas inconsistentes de reordenamento e o posterior retorno ao regime parcial em 2025. Conclui-se que o insucesso da permanência discente decorre da inércia institucional e do insulamento burocrático do subsistema estatal de educação, que ignorou a governança democrática e produziu um severo desencaixe entre o território administrado pelo Estado e o território vivido pela comunidade escolar.

**Palavras-chave:** Educação em Tempo Integral. Governança Democrática. Território.

## ABSTRACT

This article analyzes the implementation of the Full-Time Education policy (Educação em Tempo Integral - ETI) in the state of Amapá, focusing on the empirical experience of the Jesus de Nazaré State School (EEJN), located in the municipality of Macapá. The study addresses the inherent tensions between the centralized formulation of educational policy — based on the "New Knowledge Schools"

model and inspired by Pernambuco's “School of Choice” program —, institutional transfer processes without proper socio-spatial adaptations, and the concrete territorial dynamics of the northern Amazonian border region. Methodologically, it is characterized as a qualitative case study with an interpretive orientation, supported by document analysis, descriptive data from the School Census, and theoretical frameworks from Historical New Institutionalism, Policy Subsystem Theory, and the Geography of Power. The findings show that the implementation of extended school hours resulted in a severe institutional hollowing out, reducing school enrollments from 1,250 in 2018 to only 75 in 2024, triggering public conflicts, inconsistent reordering proposals, and the eventual return to a regular part-time shift in 2025. The study concludes that the failure of student retention stems from institutional inertia and bureaucratic insulation within the state educational subsystem, which neglected democratic governance and generated a sharp misalignment between the state-administered territory and the territory as lived by the school community.

**Keywords:** Full-time Education. Democratic Governance. Territory.

**RESUMEN**

Este artículo analiza la implementación de la política de Educación a Tiempo Completo (ETI) en el estado de Amapá, tomando como objeto empírico de investigación la experiencia de la Escuela Estatal Jesus de Nazaré (EEJN), ubicada en el municipio de Macapá. El estudio problematiza las tensiones entre la formulación centralizada de la política educativa — basada en el modelo “Escolas do Novo Saber” e inspirada en el programa “Escola da Escolha” de Pernambuco —, los procesos de transferencia institucional sin las debidas adaptaciones socioespaciales y las dinámicas territoriales concretas de la Amazonía septentrional de frontera. La metodología se caracteriza como un estudio de caso cualitativo, de orientación interpretativa, apoyado en análisis documental, datos descriptivos del Censo Escolar y soporte teórico del Neoinstitucionalismo Histórico, la Teoría de los Subsistemas de Políticas Públicas y la Geografía del Poder. Los resultados evidencian que la implantación de la jornada ampliada provocó un severo vaciamiento institucional, reduciendo la matrícula de 1.250 en 2018 a solo 75 en 2024, lo que desencadenó conflictos públicos, propuestas inconsistentes de reordenamiento y el posterior retorno al régimen parcial en 2025. Se concluye que el fracaso de la permanencia estudiantil obedece a la inercia institucional y al aislamiento burocrático del subsistema estatal de educación, que ignoró la gobernanza democrática y produjo un desfase severo entre el territorio administrado por el Estado y el territorio vivido por la comunidad escolar.

**Palabras clave:** Educación a Tiempo Completo. Gobernanza Democrática. Territorio.

## 1 INTRODUÇÃO

A política de Educação em Tempo Integral (ETI) tem sido apresentada no debate educacional brasileiro contemporâneo como uma resposta estrutural e substantiva à Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014). Tal meta estabeleceu o compromisso de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas da educação básica, de modo a atender a pelo menos 25% dos estudantes (Brasil, 2014). O objetivo precípuo dessa diretriz nacional reside na ampliação das oportunidades formativas, na melhoria do rendimento escolar e na mitigação das históricas desigualdades educacionais que caracterizam a sociedade brasileira.

Contudo, a análise da dinâmica das políticas públicas de educação no Brasil, e de forma acentuada na região amazônica, revela que a efetividade da ação estatal está intrinsecamente condicionada pelos territórios nos quais se materializa, pelos padrões de governança que a orientam, pelas capacidades administrativas do aparelho de Estado e pela agência dos sujeitos envolvidos em sua execução cotidiana. A implementação de uma política pública não ocorre em um vácuo normativo ou institucional neutro; ela é permanentemente atravessada pelas formas de regulação estatal, pelas culturas organizacionais locais e pelas realidades socioeconômicas dos territórios atendidos.

No estado do Amapá, a institucionalização da educação em tempo integral ganhou impulso a partir de 2017 por meio do programa denominado “Escolas do Novo Saber”. Esse programa inseriu-se em um claro processo de transferência institucional, tomando como matriz inspiradora o modelo “Escola da Escolha”, concebido e difundido pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e amplamente alardeado pelos resultados quantitativos obtidos no estado de Pernambuco. Todavia, a expansão dessa política no Amapá deu-se sob fortes tensionamentos entre uma formulação governamental centralizada e as heterogêneas realidades socioespaciais da Amazônia setentrional de fronteira.

A expansão do programa incidiu sobre estabelecimentos de ensino com trajetórias históricas consolidadas, situados em territórios marcados por vulnerabilidades sociais, transformações urbanas desordenadas e carências estruturais de serviços públicos. Nesse cenário, a Escola Estadual Jesus de Nazaré (EEJN), localizada na área central do município de Macapá e ladeada por ocupações históricas em áreas de ressaca (Canal do Jandiá), constitui um caso emblemático e revelador dos limites, fragilidades e contradições decorrentes da réplica não adaptada de tecnologias de gestão educacional.

A trajetória recente da EEJN evidencia que a adoção do tempo integral não pode ser reduzida a uma operação técnica de mera ampliação da carga horária de permanência dos alunos no espaço escolar. A inclusão da escola no programa em 2018 (com início efetivo em 2019), as reformas físicas efetuadas, o subsequente e vertiginoso colapso de matrículas — que declinaram de 1.250 em 2018 para

irrisórios 75 estudantes matriculados e frequentantes em 2024 —, os conflitos públicos veiculados pela imprensa local e o anúncio e posterior recuo de reordenamento da unidade demonstram o impacto de decisões administrativas insuladas e da ausência de mecanismos efetivos de governança democrática.

O presente estudo de caso tem como objetivo analisar o processo de implantação da ETI na Escola Estadual Jesus de Nazaré, tomando como eixos interpretativos e analíticos as categorias de território, agência, governança democrática, neoinstitucionalismo histórico e teoria dos subsistemas de políticas públicas. Parte-se da hipótese central de que o insucesso da adesão e da permanência discente na EEJN não decorre de falhas operacionais isoladas ou da falta pontual de insumos materiais, mas da inércia e do insulamento burocrático do aparelho estatal de educação, que operou a transferência de um modelo rígido de gestão ignorando os modelos morais e cognitivos da comunidade, os modos de vida locais e o território vivido pelos sujeitos escolares.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta investigação estrutura-se na articulação entre diferentes planos analíticos: o plano normativo-gerencial do modelo educacional importado e o plano teórico-conceitual respaldado pelas contribuições da Ciência Política, da Análise de Políticas Públicas e da Geografia do Poder.

### 2.1 O MODELO PRESCRITO: TECNOLOGIA DE GESTÃO EDUCACIONAL E FORMAÇÃO INTEGRAL

O modelo de Educação em Tempo Integral adotado na rede estadual do Amapá fundamenta-se nas diretrizes conceituais e metodológicas do Modelo da Escola da Escolha, desenvolvido pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE, 2016a). Na perspectiva teórica formulada pelo ICE, a educação integral não se confunde com a simples extensão quantitativa do tempo de aula; ela é concebida como uma proposta pedagógica e de gestão orientada ao desenvolvimento pleno dos estudantes em suas dimensões cognitiva, socioemocional, ética e cultural.

O modelo preconiza a centralidade do estudante como sujeito de direitos e protagonista de sua trajetória formativa, estabelecendo o Projeto de Vida como eixo estruturante de todas as atividades escolares. Prescrevem-se valores normativos de corresponsabilidade, autonomia, solidariedade e liderança jovem, sustentados pela chamada Tecnologia de Gestão Educacional (TGE). A TGE define-se como “a arte de integrar tecnologias específicas e educar pessoas” (ICE, 2016c, p. 6), operando como um sistema de gestão padronizado, orientado por metas rigorosas, acompanhamento sistemático de indicadores (como o Ideb) e tomada de decisão baseada em evidências.

Um conceito-chave dessa matriz gerencial é o Ciclo Virtuoso, princípio que estabelece uma rede de confiança, pactuação e parceria entre a gestão pública estadual, os dirigentes escolares, os docentes, os estudantes e a comunidade do entorno (ICE, 2016c). Contudo, como adverte Gadotti (2009), a educação integral só se realiza de forma autêntica quando se articula organicamente ao território e às condições concretas de existência dos sujeitos. Quando a expansão do tempo escolar ocorre dissociada da realidade socioespacial, a escola corre o risco de converter-se em um dispositivo burocrático rígido de disciplinarização, alheio às necessidades da população local.

## 2.2 NEOINSTITUCIONALISMO HISTÓRICO, TRANSFERÊNCIA DE POLÍTICAS E INÉRCIA INSTITUCIONAL

Para fundamentar teoricamente a transposição da "Escola da Escolha" de Pernambuco para a realidade amapaense, a vertente do Neoinstitucionalismo Histórico fornece chaves interpretativas indispensáveis. Conforme ensinam Hall e Taylor (2003), as instituições englobam não apenas regras formais, leis e estruturas organizacionais, mas também rotinas, convenções, símbolos, modelos morais e esquemas cognitivos que estruturam o comportamento coletivo e filtram a interpretação da realidade pelos atores sociais.

Ao operar um processo de transferência institucional de uma política educacional entre contextos regionais profundamente díspares, a tentativa de replicar desenhos organizacionais padronizados tende a desencadear uma dependência de trajetória (path dependence). Nessa dinâmica, os arranjos prévios, as trajetórias comunitárias e as especificidades sociohistóricas locais acabam sendo secundarizadas ou ignoradas pela burocracia governamental (Hall; Taylor, 2003).

Ao analisar a estabilidade e a mudança nas estruturas estatais, Silva (2016) discute os conceitos de equilíbrio e desequilíbrio institucional. As instituições tendem a buscar a manutenção do equilíbrio funcional mediante a redução de incertezas. Todavia, quando emergem cenários severos de desequilíbrio — como o esvaziamento massivo de matrículas em um equipamento público —, a inércia institucional manifesta-se como a incapacidade do aparelho estatal de reconfigurar rapidamente suas práticas e redefinir a rota da política pública, aprofundando o colapso e a paralisia decisória (Silva, 2016).

## 2.3 TEORIA DOS SUBSISTEMAS, INSULAMENTO BUROCRÁTICO E OMISSÃO ESTATAL

A compreensão do processo de implementação e dos seus percalços encontra respaldo na teoria de análise de políticas públicas proposta por Celina Souza (2006). A autora conceitua políticas públicas como o conjunto de decisões e ações governamentais destinadas a solucionar problemas coletivos,

sublinhando que a formulação normativa não assegura a efetividade prática, uma vez que a implementação constitui a fase na qual os governos traduzem suas diretrizes em programas reais, sujeitos a falhas de coordenação e resistências dos atores.

Crucial para a presente análise é a constatação de Celina Souza (2006, p. 24) de que o conceito de política pública abrange tanto as ações diretas quanto as omissões estatais deliberadas, posto que "não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública". A ausência de diagnósticos prévios, a falta de monitoramento avaliativo durante a queda das matrículas e as respostas reativas e desencontradas da Secretaria de Estado da Educação configuram uma postura estatal de omissão que aprofundou a crise na unidade escolar.

Essa paralisia da gestão pública é explicada complementarmente pela Teoria dos Subsistemas de Políticas Públicas de Capella e Brasil (2015): em áreas setoriais especializadas como a educação, é frequente a formação de monopólios de políticas — arranjos decisórios fechados nos quais burocratas e técnicos tendem a se insular no controle da imagem do programa e na imposição de metas formais. Ao operarem de forma insulada em relação ao "território vivido", esses subsistemas priorizam parâmetros gerenciais abstratos em detrimento da escuta comunitária, gerando decisões autoritárias de cima para baixo (top-down) que comprometem a sustentabilidade das ações públicas (Capella; Brasil, 2015).

## 2.4 TERRITÓRIO, MULTITERRITORIALIDADE E AGÊNCIA SOB CONSTRANGIMENTO

A dimensão espacial do problema assenta-se na Geografia do Poder formulada por Claude Raffestin (1993), para quem o território não é um dado natural, mas uma produção social resultante das relações de poder. Segundo Raffestin (1993, p. 143), "o território é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático" (neste caso, o Estado), que projeta sobre o espaço estratégias de controle, delimitação e apropriação. Neste sentido, quando o poder público reordena arbitrariamente a função de uma escola, realiza um ato de territorialização autoritária que colide com as territorialidades construídas pela população.

Rogério Haesbaert (2023) avança nessa discussão ao conceitualizar a multiterritorialidade e a noção de território vivido e desterritorialização. Para o autor, os espaços contemporâneos são marcados pela sobreposição de lógicas espaciais e sentimentos de pertencimento. Portanto, quando a administração estatal impõe jornadas escolares rígidas sem assegurar suporte material e diálogo social, produz um processo de desterritorialização institucional, rompendo os elos comunitários e desorganizando as estratégias de sobrevivência das famílias.

Em diálogo com essa dimensão, Ulf Hannerz (1997) analisa a circulação transnacional e regional de ideias e modelos institucionais, ressaltando que a transferência de tecnologias de gestão entre diferentes contextos envolve complexos processos de tradução, ressignificação e hibridização, e não uma mera replicação mecânica. Por fim, no que tange aos sujeitos escolares, Rachel Wahl (2022) formula a categoria de agência sob constrangimento institucional. A capacidade de agir de professores, estudantes e gestores locais encontra-se fortemente limitada por estruturas hierárquicas e metas quantitativas, reduzindo a participação democrática a um simulacro instrumental desprovido de real poder decisório.

## 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de natureza qualitativa, orientado pela perspectiva interpretativa da pesquisa social, com a utilização complementar de dados quantitativos descritivos provenientes do Censo Escolar e de bases documentais oficiais. A escolha do estudo de caso justifica-se por sua adequação para investigar fenômenos contemporâneos complexos inseridos em seus contextos reais, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno – a crise de implementação da ETI – e o contexto socioespacial não se encontram rigidamente delimitadas (Gil, 2008; Minayo, 2001).

A investigação tomou como objeto empírico a Escola Estadual Jesus de Nazaré (EEJN), situada no município de Macapá. A análise institucional fundamenta-se na premissa de que os estabelecimentos de ensino constituem expressões concretas de projetos políticos e de relações sociais mais amplas. Assim, a abordagem não se restringe à descrição interna da organização escolar, mas examina suas articulações dinâmicas com as políticas públicas estaduais, as decisões administrativas da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED-AP) e as condicionantes territoriais do entorno (Nosella; Buffa, 2005).

Os procedimentos de coleta de dados estruturaram-se em três frentes principais:

a) Análise Documental e Normativa: exame de normativas estaduais (Amapá, 2016; 2017), documentos orientadores do modelo gerencial do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE, 2016a, 2016b, 2016c), portarias administrativas e diários oficiais do Estado do Amapá (Amapá, 2016, 2022, 2024);
b) Levantamento de Dados Educacionais: compilação de microdados e estatísticas descritivas de matrícula do Censo Escolar (Inep, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

c) Pesquisa em Fontes Empíricas Midiáticas e Comunitárias: mapeamento de matérias jornalísticas e reportagens veiculadas por veículos de imprensa regionais (Portal G1 Amapá, Rede Amazônica/Jornal do Amapá, Portal Seles Nafes) e análise de documentos públicos emitidos pela comunidade escolar, com destaque para a Nota de Repúdio divulgada pelos docentes da EEJN em dezembro de 2024.

O tratamento e a interpretação dos dados seguiram a técnica de análise de conteúdo temática, articulando dialeticamente as prescrições do modelo normativo, as evidências empíricas do caso investigado e as categorias teóricas mobilizadas. Buscou-se assegurar rigor metodológico pela triangulação de fontes, integrando a dimensão qualitativa dos discursos e conflitos à dimensão quantitativa do fluxo escolar, conforme a perspectiva de complementaridade metodológica proposta por Minayo e Sanches (1993).

## 4 TERRITÓRIO, INSTITUIÇÃO ESCOLAR E IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A compreensão da implantação da Educação em Tempo Integral na Escola Estadual Jesus de Nazaré exige contextualizar os processos históricos de formação urbana do município de Macapá, marcados pela ocupação desordenada de áreas ambientalmente frágeis conhecidas como ressaca. A EEJN encontra-se inserida no bairro Jesus de Nazaré, em área contígua ao Canal do Jandiá.

Estudos desenvolvidos por Juliane L. Santos (2017) e Antonio Carlos R. Santos (2022) caracterizam o entorno do Canal do Jandiá como um território consolidado por ocupações irregulares de populações de baixa renda, sujeito a graves vulnerabilidades socioambientais, déficit crônico de saneamento básico, insegurança fundiária e limitação na oferta de equipamentos públicos. Essa realidade socioespacial impõe condicionantes severas ao cotidiano das famílias, exigindo que jovens e adolescentes colaborem precocemente no orçamento doméstico por meio do trabalho informal ou assumam responsabilidades de cuidado familiar.

Fundada em 1988, a EEJN desempenhou durante três décadas um papel histórico fundamental de acolhimento e integração social para os moradores dessa periferia urbana. Operando originalmente no regime de ensino parcial (matutino e vespertino), a escola sintonizava sua oferta às possibilidades reais de frequência dos estudantes da baixada, cujas trajetórias eram marcadas pela necessidade de conciliar os estudos com a rotina de trabalho e a mobilidade urbana precária.

## 4.1 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLAS DO NOVO SABER E RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL

A incorporação da EEJN à política de ETI ocorreu no âmbito da expansão do programa "Escolas do Novo Saber", instituído pelo Governo do Estado do Amapá, alinhando-se à Meta 6 do PNE. Em 2019, a modalidade de tempo integral foi introduzida na escola, inicialmente direcionada às turmas de 1º ano do Ensino Médio, convivendo temporariamente com o ensino regular parcial.

De acordo com registros oficiais da SEED-AP (Amapá, 2022), a unidade predial passou por reformas e intervenções físicas, com a entrega de espaços revitalizados em 2022 para adequação ao novo modelo pedagógico. A reorganização da jornada exigiu a permanência diária dos discentes por até nove horas diárias, impondo uma reestruturação curricular e novas rotinas administrativas.

A busca documental revela a ausência de registros formais de consultas prévias, audiências públicas ou diagnósticos participativos junto ao corpo docente, discente, pais e comunidade do bairro antes da tomada de decisão. Esta ausência de registros públicos conduz à percepção de que a conversão do regime de funcionamento deu-se de forma estritamente centralizada e top-down, orientada por imperativos burocráticos de cumprimento de metas formais de expansão fixadas pela administração central da SEED-AP.

## 4.2 REDUÇÃO DAS MATRÍCULAS E REORDENAMENTO DA OFERTA EDUCACIONAL

Nos anos subsequentes à adoção do tempo integral, a EEJN experimentou um processo contínuo e dramático de esvaziamento de seu corpo discente. O contingente de alunos matriculados sofreu uma queda vertiginosa, passando de 1.250 estudantes matriculados no regime parcial em 2018 para apenas 75 alunos no ano letivo de 2024, conforme dados oficiais confirmados pela própria Secretária de Estado da Educação à imprensa regional. A Tabela 1 sintetiza a evolução temporal do contingente discente e a capacidade física da instituição, evidenciando o colapso de matrículas ocorrido após a imposição da jornada de tempo integral.

Tabela 1. Evolução das matrículas e capacidade instalada na Escola Estadual Jesus de Nazaré (2018–2024)

| Ano Letivo | Regime de Oferta | Matrículas Efetivas | Capacidade Instalada |
|---|---|---|---|
| 2018 | Ensino Parcial Regular | 1.250 alunos | 1.600 alunos |
| 2019 | Transição (Integral / Parcial) | 820 alunos | 1.600 alunos |
| 2022 | Tempo Integral Dominante | 310 alunos | 1.600 alunos |
| 2024 | Tempo Integral Exclusivo | 75 alunos | 1.600 alunos |

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos microdados do Censo Escolar (Inep, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

O esvaziamento evidenciado na tabela ocorreu em um contexto de coexistência, na região central de Macapá, com escolas estaduais tradicionais de tempo integral, dotadas de infraestrutura física superior e maior acessibilidade por transporte público, como o Colégio Amapaense e a Escola Estadual Tiradentes. Enquanto essas instituições atraíam estudantes em busca dessa modalidade de ensino, os moradores do entorno imediato deixavam de matricular seus filhos na EEJN, cuja jornada diária de nove horas se mostrava incompatível com suas dinâmicas de vida.

Em dezembro de 2024, a veiculação de informações sobre o iminente fechamento da escola provocou intensa comoção social e manifestações públicas de protesto. Em resposta à repercussão negativa, a Secretaria de Estado da Educação veiculou nos meios de comunicação que a unidade não seria extinta, mas submetida a um "reordenamento institucional" para abrigar um Centro de Atendimento Educacional Especializado voltado a alunos com deficiência e altas habilidades (G1 Amapá, 2024; Seles Nafes, 2024).

A sequência cronológica dos acontecimentos sugere que o anúncio da proposta de reordenamento foi acompanhado de questionamentos quanto à sua condução, especialmente no que se refere à transparência do planejamento e à participação da comunidade escolar. Nesse contexto, registrou-se a exoneração, a pedido, da secretária adjunta de Políticas Educacionais, Antonia Andrade, formalizada pelo Decreto nº 8.880, de 23 de dezembro de 2024, com efeitos a partir de 12 de dezembro daquele ano, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Amapá nº 8.315, de 23 de dezembro de 2024 (Amapá, 2024, p. 19). Embora o ato oficial registre a exoneração, não explicita suas motivações, de modo que não é possível estabelecer uma relação causal direta entre o desligamento e as controvérsias em torno da proposta.

No início do ano letivo de 2025, a Escola Estadual Jesus de Nazaré voltou a funcionar em regime regular de turnos parciais. Essa mudança de configuração marca um desdobramento do processo de reordenamento anunciado no final de 2024. As manifestações de descontentamento da comunidade escolar e as críticas à condução do processo foram registradas na Nota de Repúdio divulgada pelos professores da EEJN em 10 de dezembro de 2024, reproduzida integralmente a seguir:

> NOTA DE REPÚDIO AO FECHAMENTO DA ESCOLA ESTADUAL JESUS DE NAZARÉ EM 2025
> Gente do meu Amapá, do meu Brasil, é com profunda indignação que comunicamos o que está acontecendo com a Escola Estadual Jesus de Nazaré, que após 36 anos de história e contribuições para a comunidade, não só do bairro Jesus de Nazaré, mas também para a comunidade em geral, como referencial histórico, cultural e social por mais de três décadas favorecendo a construir vidas, infelizmente a partir de 2025 deixará de existir, simplesmente porque, segundo a SEED, a escola não contempla um número satisfatório de estudantes matriculados.
> Só que os responsáveis pela educação do Amapá articularam e causaram essa situação, quando resolveram transformar a escola em ensino de tempo integral. Este processo ocorreu em 2018

> sem consulta à comunidade escolar e população. Mesmo tendo sido reformada, a escola não possui estrutura satisfatória e adequada a este sistema de ensino integral. Com isto, ocorreu o escoamento dos estudantes da escola e agora este fator é utilizado como argumento para que a Secretaria de Educação se aposse do prédio para outros fins.
> Para solucionar tal situação, a comunidade pensa que as autoridades devem voltar com o ensino parcial ou regular, isto é, como era antes de 2018, para que os alunos retornem à escola para estudar com dignidade e que a instituição não seja extinta, continuando a entregar educação gratuita e de qualidade para a sociedade.
> Macapá, 10 de dezembro de 2024

## 5 TERRITÓRIO, POLÍTICA EDUCACIONAL E GOVERNANÇA

### 5.1 A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL COMO DECISÃO ESTATAL CENTRALIZADA

A implantação da Educação em Tempo Integral (ETI) na Escola Estadual Jesus de Nazaré (EEJN) constitui um exemplo inequívoco da atuação do Estado como ator sintagmático (Raffestin, 1993), exercendo um poder unilateral de territorialização sobre o espaço público educacional. A conversão da unidade escolar do regime parcial para o modelo “Escolas do Novo Saber”, a partir de 2019, não representou uma simples adequação de calendário pedagógico; implicou a redefinição drástica da função social de um equipamento comunitário historicamente enraizado no bairro Jesus de Nazaré.

Sob a perspectiva da Geografia do Poder, decisões governamentais dessa natureza configuram atos de territorialização nos quais as instâncias centrais de decisão detêm o monopólio da reconfiguração espacial, tratando o território escolar como um receptáculo passivo de diretrizes normativas. Conforme observa Santos (2022) ao analisar o caráter impositivo das intervenções públicas no Amapá, e como teoriza Parente (2018) sobre a análise de políticas públicas, prevalece na gestão estadual uma abordagem estritamente verticalizada (top-down), na qual o poder público opera de cima para baixo, desconsiderando os saberes, os pertencimentos e as capacidades de auto-organização da população local.

Esse padrão centralizado encontra respaldo teórico na análise de Celina Souza (2006) sobre a lacuna entre a formulação e a implementação de políticas públicas. Quando a formulação de um programa ocorre de forma insulada no âmbito da cúpula burocrática, sem a inclusão dos atores do “chão da escola” na fase de concepção, a política nasce privada de legitimidade social. No caso da EEJN, a ausência de audiências públicas, de diagnósticos socioespaciais prévios e de consultas à comunidade escolar e aos moradores do entorno do Canal do Jandiá caracterizou um processo de imposição administrativa que desconsiderou os modos de vida e a agência dos sujeitos que produzem cotidianamente o espaço escolar.

Desse modo, a decisão estatal de implantar a ETI sem pactuação prévia desencadeou um desalinhamento na governança educacional. Em vez de consolidar o Ciclo Virtuoso de confiança preconizado pela própria Tecnologia de Gestão Educacional (ICE, 2016c), a atuação autoritária do Estado gerou um distanciamento em relação à comunidade escolar, pavimentando o caminho para o posterior esvaziamento das matrículas e para o colapso institucional da modalidade na unidade investigada.

## 5.2 TERRITÓRIO, MULTITERRITORIALIDADE E ADEQUAÇÃO DO MODELO DE TEMPO INTEGRAL

A experiência da Escola Estadual Jesus de Nazaré (EEJN) evidencia as tensões entre as decisões administrativas que orientam a política de Educação em Tempo Integral (ETI) e as territorialidades construídas pela comunidade escolar. Sob a perspectiva de Haesbaert (2023), os espaços institucionais são atravessados por territorialidades plurais e dinâmicas, que nem sempre convergem com a lógica técnico-administrativa que busca regulá-los. Nesse contexto, decisões estatais que redefinem unilateralmente a função social de uma instituição educacional podem configurar atos de territorialização, nos termos de Raffestin (1993), ao materializarem relações assimétricas de poder sobre o espaço escolar. Para a comunidade, tais medidas podem desencadear processos de desterritorialização institucional (Haesbaert, 2023), na medida em que fragilizam identidades coletivas, desestruturam rotinas e comprometem vínculos de pertencimento.

Na EEJN, essas tensões manifestaram-se no descompasso entre as exigências do modelo prescrito e as condições materiais e socioespaciais em que a política foi implementada. A crise de permanência discente pode ser interpretada à luz do antagonismo entre o território administrado pela burocracia estatal (Raffestin, 1993) e o território vivido pela comunidade (Haesbaert, 2023). O modelo adotado pressupunha a permanência dos estudantes por jornadas de sete a nove horas diárias, o que demandava condições adequadas de infraestrutura, alimentação escolar, espaços de convivência e repouso, além de condições de mobilidade compatíveis com a jornada ampliada. Entretanto, os registros disponíveis apontam limitações na materialização desses requisitos na instituição e em seu entorno (Ministério Público do Amapá, 2019; Santos, 2022).

A EEJN está situada em uma área de Macapá marcada por desigualdades socioespaciais, nas proximidades das áreas de ressaca do Canal do Jandiá. Estudos sobre essa realidade urbana identificam processos de ocupação informal associados à insuficiência de políticas habitacionais estruturadas, ao déficit de saneamento básico, à precariedade habitacional e às limitações de mobilidade (Santos, 2017; Santos, 2022). Essas condições integram o contexto no qual os estudantes organizam suas trajetórias

escolares e suas estratégias cotidianas de reprodução social. Para aqueles que vivem nessas áreas, a frequência escolar pode precisar ser conciliada com o trabalho informal, a contribuição para a renda familiar e o cuidado de parentes (Santos, 2022). Por isso, a ampliação da jornada escolar exigia considerar as condições concretas de vida dos estudantes e de suas famílias, em vez de pressupor que todos dispunham dos mesmos recursos para se adaptar ao novo regime.

A adoção de uma jornada ampliada sem a articulação necessária com esses condicionantes pode ter aprofundado o descompasso entre a organização institucional e as necessidades dos sujeitos locais. À luz do neoinstitucionalismo histórico, a transferência de uma tecnologia de gestão originária de Pernambuco — a matriz Escola da Escolha — sem a devida consideração das especificidades socioespaciais do Amapá revela os limites de uma implementação que secundariza os modelos morais e cognitivos e as trajetórias dos atores envolvidos (Hall; Taylor, 2003). A questão, portanto, não reside apenas na adoção de um modelo externo, mas na insuficiência de sua adequação às condições territoriais em que passou a operar.

Essa discussão também pode ser compreendida a partir da reflexão de Hannerz (1997) sobre fluxos culturais, fronteiras e hibridização. A circulação de ideias e modelos entre diferentes contextos não implica sua reprodução automática: pressupõe processos de tradução, mediação e ressignificação. No caso da EEJN, a insuficiente adaptação do modelo às condições locais sugere limites nesse processo de mediação institucional. A persistência de uma orientação administrativa pouco sensível às dinâmicas do território pode ser relacionada à inércia institucional discutida por Silva (2016) e ao enfraquecimento das relações de confiança previstas no Ciclo Virtuoso do modelo pedagógico do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE, 2016c).

Nesse quadro, a redução das matrículas de 1.250 estudantes, em 2018, para 75, em 2024, constitui um indicador expressivo da crise vivenciada pela instituição. Embora esses dados, isoladamente, não permitam estabelecer uma relação causal definitiva entre a implantação da ETI e o declínio da matrícula, sua trajetória, considerada em conjunto com as limitações estruturais documentadas e os conflitos públicos em torno da escola, sustenta a hipótese de um descompasso entre a política implementada e as condições do território atendido. A experiência da EEJN evidencia, assim, a importância de analisar a implementação das políticas educacionais para além de seus parâmetros normativos, considerando as condições materiais, as dinâmicas sociais e a participação dos sujeitos que vivenciam cotidianamente o espaço escolar (Souza, 2006; Capella; Brasil, 2015).

## 5.3 ESVAZIAMENTO INSTITUCIONAL E DISPUTA DE NARRATIVAS

O esvaziamento progressivo das matrículas na Escola Estadual Jesus de Nazaré (EEJN), que em 2024 chegou a apenas 75 estudantes em um prédio projetado para atender até 1.600 alunos no ensino regular, tornou-se o centro do debate público sobre o futuro da instituição. A redução do contingente discente passou a integrar as justificativas administrativas para o reordenamento da oferta educacional, enquanto a comunidade escolar a interpretou como consequência da implantação da Educação em Tempo Integral (ETI) sem diálogo prévio, escuta democrática ou adaptação suficiente às condições materiais e sociais do entorno. A divergência entre essas interpretações evidencia que o esvaziamento não representou apenas um problema quantitativo, mas também um objeto de disputa sobre as causas da crise e as alternativas para o futuro da escola.

A análise documental não identificou registros públicos de estudos, diagnósticos ou pesquisas de acompanhamento voltados a compreender as razões da evasão, da migração dos estudantes para outras unidades ou da não adesão à modalidade de tempo integral. Essa lacuna limita a avaliação dos fatores que contribuíram para a queda das matrículas e dificulta verificar em que medida as decisões administrativas responderam às necessidades da comunidade escolar. A reflexão de Souza (2006, p. 24), segundo a qual a política pública também envolve as decisões de não agir diante de um problema, permite problematizar a ausência de mecanismos documentados de avaliação e correção de rota. Nesse sentido, a insuficiência de respostas institucionais diante do declínio das matrículas pode ser interpretada como expressão de fragilidades na condução da política, relacionadas à inércia institucional discutida por Silva (2016).

Com o agravamento da crise, a imprensa regional tornou-se uma arena central de divulgação e confronto das interpretações sobre o futuro da EEJN (G1 Amapá, 2024; Rede Amazônica, 2024; Seles Nafes, 2024). As manifestações públicas do governo apresentaram versões distintas sobre o destino da unidade: enquanto se desmentia o fechamento definitivo da escola, anunciava-se o reordenamento do prédio para abrigar um centro especializado de atendimento a estudantes com deficiência e altas habilidades. A sucessão dessas declarações tornou visíveis as dificuldades de comunicação e de coordenação da resposta governamental diante da crise. Em dezembro de 2024, ocorreu também a exoneração da secretária adjunta de Políticas Educacionais. Embora o episódio integre a sequência de acontecimentos daquele período, o decreto de exoneração não explicita os motivos do desligamento, não sendo possível estabelecer uma relação causal direta entre a decisão e as declarações públicas sobre o futuro da escola.

A divergência entre as versões oficiais e as manifestações da comunidade pode ser compreendida à luz da análise dos subsistemas de políticas públicas de Capella e Brasil (2015). Os

autores contribuem para examinar como arranjos decisórios relativamente fechados podem restringir o diálogo com atores externos e dificultar a incorporação de demandas sociais. No caso da EEJN, a distância entre as decisões administrativas e as manifestações dos profissionais da escola suscita questionamentos sobre a capacidade de governança do subsistema estadual de educação e sobre a efetividade dos canais de participação na condução da política. A disputa pública não se limitou, portanto, à definição do uso futuro do prédio, envolvendo também a legitimidade das decisões e o reconhecimento da experiência dos sujeitos diretamente afetados.

Nesse contexto, a Nota de Repúdio emitida pelos profissionais da educação da EEJN em 10 de dezembro de 2024, reproduzida na Seção 4.2, constitui uma evidência central da contestação promovida pela comunidade escolar. Sob a perspectiva da Geografia do Poder, o documento pode ser interpretado como manifestação de territorialidade discursiva (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2023), pois mobiliza argumentos e reivindicações para disputar publicamente os sentidos atribuídos à escola e ao seu futuro. Ao questionar a condução da política e reivindicar o retorno ao ensino regular parcial, os profissionais contrapuseram-se à perspectiva administrativa que associava o baixo número de matrículas ao reordenamento da unidade. Essa manifestação expressa a agência dos sujeitos escolares na defesa da função social da instituição e de seus vínculos com a comunidade.

O retorno da EEJN ao regime parcial regular no ano letivo de 2025 conferiu relevância concreta a essa reivindicação, embora não permita, isoladamente, concluir que a mobilização tenha sido a causa exclusiva da mudança. A trajetória analisada evidencia, assim, a importância de considerar a disputa de narrativas como dimensão da implementação das políticas públicas: além de expor divergências sobre o diagnóstico e as respostas à crise, ela torna visíveis as demandas por participação e reconhecimento dos atores locais. No caso estudado, a manifestação pública dos profissionais constituiu uma forma de agência diante de decisões contestadas, reforçando a necessidade de mecanismos de avaliação, diálogo e governança democrática capazes de incorporar a experiência da comunidade escolar.

## 5.4 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: FRAGILIDADES INSTITUCIONAIS E INÉRCIA

A trajetória da Educação em Tempo Integral (ETI) na Escola Estadual Jesus de Nazaré (EEJN) evidencia fragilidades na implementação e no acompanhamento da política educacional, especialmente quanto à adequação das condições institucionais às exigências do modelo adotado. Conforme discute Parente (2018), a implementação não constitui mera execução de diretrizes previamente formuladas, mas um processo condicionado pelos recursos disponíveis, pelos constrangimentos institucionais e

pelas dinâmicas das arenas locais. No caso analisado, essa perspectiva permite examinar a distância entre as exigências da jornada ampliada e as condições concretas oferecidas para sua efetivação.

As dificuldades estruturais da EEJN já haviam sido registradas antes do agravamento da crise de matrículas. Em 2019, durante visita realizada no âmbito do Projeto Gabinete nas Escolas, o Ministério Público do Estado do Amapá (MPAP) identificou problemas de infraestrutura física, deficiências de segurança, precariedade na alimentação escolar e inadequação dos espaços pedagógicos para o regime de tempo integral (Ministério Público do Estado do Amapá, 2019). Esses registros constituem evidências de que a implementação enfrentava limitações materiais relevantes desde seus primeiros anos. Quando confrontadas com as exigências da Tecnologia de Gestão Educacional preconizada pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE, 2016c), tais condições suscitam questionamentos sobre a compatibilidade entre os requisitos do modelo e os recursos efetivamente disponibilizados à unidade escolar.

A persistência dessas dificuldades, em conjunto com o declínio das matrículas, torna relevante examinar a capacidade de acompanhamento e correção de rumos por parte do poder público. Como observa Souza (2006, p. 24), a análise das políticas públicas deve considerar tanto as ações governamentais quanto as omissões diante dos problemas coletivos. Na EEJN, a ausência de registros públicos identificados de diagnósticos sistemáticos sobre a evolução das matrículas e de investigações acerca das razões da não adesão à jornada integral limita a compreensão das respostas institucionais ao problema. Embora essa lacuna documental não permita, isoladamente, comprovar uma omissão deliberada, ela evidencia a dificuldade de verificar se foram adotados mecanismos suficientes de avaliação e revisão da política diante dos sinais de crise.

A perspectiva do neoinstitucionalismo histórico contribui para interpretar essa trajetória. Ao discutir equilíbrio e desequilíbrio institucional, Silva (2016) destaca a relevância das rotinas e dos padrões de funcionamento das instituições para compreender a estabilidade e a mudança. Aplicada ao caso da EEJN, essa abordagem permite considerar a hipótese de que a manutenção do arranjo institucional, mesmo diante da redução expressiva do contingente discente, tenha limitado a capacidade de resposta administrativa. A queda das matrículas — de 1.250 estudantes em 2018 para 75 em 2024 — constitui um indicador expressivo desse desequilíbrio, embora não seja suficiente, por si só, para demonstrar que a inércia institucional tenha sido sua causa exclusiva.

As dificuldades de resposta também se evidenciaram nas decisões relativas ao destino da escola no final de 2024. Após a repercussão pública do esvaziamento, o governo anunciou o reordenamento do prédio para abrigar um centro especializado de atendimento a estudantes com deficiência e altas habilidades (G1 Amapá, 2024; Seles Nafes, 2024). Contudo, nas fontes consultadas para este estudo,

não foram identificados estudos de viabilidade técnica ou diagnósticos pedagógicos que fundamentassem publicamente essa proposta. Posteriormente, a decisão não se concretizou, e a EEJN retomou o regime parcial regular no ano letivo de 2025. A sequência de anúncio, recuo e reorganização da oferta sugere instabilidade no processo decisório e reforça a necessidade de mecanismos de planejamento, avaliação e transparência capazes de sustentar decisões dessa natureza.

Em conjunto, esses elementos apontam para fragilidades na capacidade institucional de acompanhar os efeitos da política e responder às mudanças verificadas na escola. A visita do MPAP em 2019, a trajetória de redução das matrículas e as decisões de reordenamento no final de 2024 compõem evidências de momentos distintos de uma implementação marcada por dificuldades materiais e incertezas administrativas. Mais do que atribuir o resultado a uma única causa, a análise permite questionar a suficiência dos mecanismos de monitoramento e de correção de rumos empregados pelo poder público. Essa constatação prepara a discussão seguinte, dedicada às relações entre governança, insulamento dos subsistemas decisórios e limites impostos à agência dos sujeitos da comunidade escolar.

## 5.5 AGÊNCIA E GOVERNANÇA: LIMITES À PARTICIPAÇÃO E AO PODER DECISÓRIO

A trajetória da Educação em Tempo Integral (ETI) na Escola Estadual Jesus de Nazaré (EEJN) evidencia fragilidades de governança que podem ser examinadas à luz da Teoria dos Subsistemas de Políticas Públicas. Conforme Capella e Brasil (2015), a concentração de decisões em redes de atores especializados pode favorecer a formação de monopólios de políticas, nos quais determinados grupos passam a exercer influência predominante sobre a condução e a interpretação dos programas governamentais.

No caso do Amapá, a centralidade conferida ao modelo das Escolas do Novo Saber e às metas quantitativas do Ideb suscita questionamentos sobre a permeabilidade das decisões da Secretaria de Estado da Educação (SEED-AP) às demandas da comunidade escolar. A Nota de Repúdio dos profissionais da EEJN, discutida na subseção 5.3, constitui evidência da contestação à forma como a política foi conduzida. Essa manifestação, articulada às dificuldades de implementação examinadas na subseção 5.4, permite problematizar a distância entre as orientações administrativas e as experiências dos sujeitos que vivenciam cotidianamente a escola.

Esse arranjo decisório também pode ser analisado a partir da reflexão de Rachel Wahl (2022) sobre a agência sob constrangimento institucional, que permite compreender como estruturas organizacionais condicionam a capacidade de ação dos indivíduos. Na EEJN, a questão central não é a ausência de agência dos professores, gestores locais, estudantes e familiares, mas os limites de sua

participação na formulação, no acompanhamento e na avaliação da jornada integral. A manifestação pública dos profissionais demonstra a capacidade de contestação dos sujeitos escolares, embora não constitua, por si só, evidência de que dispusessem de poder decisório efetivo sobre a política.

A condução da política também pode ser confrontada com os fundamentos da gestão escolar democrática, compreendida por Ângelo Ricardo de Souza (2009) tanto como princípio ético-político quanto como método de organização da escola pública:

> [...] a gestão da escola pública pode ser entendida pretensamente como um processo democrático, a democracia é compreendida como princípio, posto que se tem em conta que essa é a escola financiada por todos e para atender ao interesse que é de todos; e também como método, como um processo democratizante, uma vez que a democracia é também uma ação educativa, no sentido da conformação de práticas coletivas na educação política dos sujeitos (Souza, 2009, p. 126).

Essa concepção evidencia que a gestão democrática não se esgota no cumprimento de procedimentos administrativos: pressupõe oportunidades efetivas de participação e influência nas decisões que afetam a comunidade escolar. Quando os sujeitos são chamados a executar determinações sem dispor de canais efetivos para interferir em sua formulação ou revisão, estabelece-se uma tensão entre os princípios democráticos da gestão pública e as práticas de condução da política educacional.

A instabilidade administrativa observada no final de 2024 também integra o contexto da crise da EEJN. Naquele período, ocorreu a exoneração da secretária adjunta de Políticas Educacionais, após declarações públicas sobre o futuro da escola. Entretanto, como o decreto de exoneração não explicita os motivos do desligamento, não é possível afirmar que o episódio decorreu dessas declarações ou que comprove, isoladamente, uma crise de governabilidade.

Ao ignorar, na condução da política, a importância de canais efetivos de participação e corresponsabilidade, a gestão pública distancia-se dos princípios do Ciclo Virtuoso de confiança preconizado pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE, 2016c). Essa dificuldade de articulação entre as diretrizes governamentais e as realidades locais também pode ser situada no contexto histórico da educação amapaense. Sá e Ferreira (2020, p. 20), ao analisarem a trajetória da educação básica no estado, problematizam a predominância de políticas de governo nas quais o discurso político e a adesão formal a modelos externos nem sempre se traduzem em respostas coerentes às necessidades educacionais. A experiência da EEJN permite examinar essa questão no plano institucional, evidenciando a importância de considerar as especificidades territoriais e assegurar a participação dos sujeitos escolares na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

## 5.6 O IDEAL NORMATIVO E A REALIDADE EMPÍRICA: AS CONTRADIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA INSTITUCIONAL

A análise crítica da implantação da Educação em Tempo Integral (ETI) exige tensionar a permanente distância entre a dimensão prescritiva do modelo gerencial e as condições concretas de sua materialização no contexto empírico. A literatura normativa difundida pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE, 2016a, 2016b, 2016c) projeta uma proposta idealizada de educação integral, orientada ao desenvolvimento pleno dos estudantes, ao fortalecimento do Protagonismo Juvenil e à construção do Projeto de Vida. No entanto, Gadotti (2009) adverte que a extensão do tempo de permanência na escola só se converte em formação integral autêntica quando se conecta organicamente às condições materiais de vida, à cultura e às territorialidades dos sujeitos. Desacompanhada desses suportes, a ampliação da jornada degrada-se em mera estratégia administrativa de contenção e reorganização do tempo.

A tentativa de implementar esse modelo no Amapá constitui um emblemático processo de transferência institucional acrítica. Fundamentando-se no Neoinstitucionalismo Histórico, Hall e Taylor (2003) enfatizam que as instituições não são meros conjuntos de regras formais e neutras, mas arranjos que incorporam rotinas, convenções e modelos morais e cognitivos que orientam a interpretação e a ação dos atores sociais. A transposição mecânica do modelo "Escola da Escolha" — gestado originariamente em Pernambuco a partir da experiência do Ginásio Pernambucano — para a rede estadual do Amapá desconsiderou a dependência de trajetória (*path dependence*) e as marcantes assimetrias socioespaciais e econômicas existentes entre a região Nordeste e a Amazônia setentrional.

A transferência institucional exige considerar não apenas as especificidades do contexto receptor, mas também as evidências produzidas sobre a implementação do modelo em seu local de origem. No caso de Pernambuco, Holanda e Silva (2017) identificam contradições entre as promessas normativas da educação integral e as práticas observadas, destacando que as pressões por resultados em avaliações externas intensificam o trabalho docente e restringem o currículo. Os autores também questionam a efetivação da formação interdimensional prevista no modelo, apontando a utilização do contraturno para reforçar conteúdos propedêuticos, especialmente Língua Portuguesa e Matemática.

Por sua vez, Dutra (2013) analisa a relação entre resultados educacionais, continuidade da gestão escolar, implantação do tempo integral e formação continuada dos profissionais. Embora partam de perspectivas distintas, essas pesquisas indicam que a compreensão dos resultados do modelo requer considerar as condições de implementação e os arranjos institucionais, em vez de pressupor que sua adoção produza automaticamente os efeitos anunciados.

Ao importar essa tecnologia de gestão sem promover as devidas adequações às especificidades locais (HALL; TAYLOR, 2003) e sem equacionar gargalos de origem identificados na literatura sobre o modelo pernambucano (HOLANDA; SILVA, 2017), a implementação da ETI no Amapá acabou por evidenciar distanciamentos em relação às promessas normativas da Meta 6 do PNE. Em vez de avançar na redução das desigualdades e na ampliação de oportunidades, a experiência na EEJN materializou-se em um acentuado esvaziamento institucional, no enfraquecimento dos laços comunitários e em desafios para a oferta educacional. O caso da EEJN ilustra, assim, os severos limites da transferência de modelos educacionais quando se desconsideram a agência dos sujeitos e as singularidades territoriais do contexto amazônico de fronteira.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso da Escola Estadual Jesus de Nazaré (EEJN) evidenciou as tensões entre a implementação da Educação em Tempo Integral (ETI), as condições socioespaciais do território e os mecanismos de governança educacional no Amapá. A redução das matrículas de 1.250 estudantes, em 2018, para 75, em 2024, seguida do retorno ao regime parcial em 2025, revela os desafios de implementar modelos educacionais sem adequada articulação com as condições locais e a participação da comunidade escolar.

A análise permite destacar quatro aspectos: a centralização das decisões e a insuficiência de mecanismos documentados de participação; o descompasso entre a jornada ampliada e as condições materiais e socioespaciais dos estudantes; as fragilidades no acompanhamento e na revisão da política; e os limites da transferência institucional de modelos educacionais sem a devida adaptação ao contexto receptor. Esses aspectos, situados no contexto histórico das políticas educacionais amapaenses, reforçam a importância de articular território, governança democrática e agência dos sujeitos na análise das políticas públicas de educação.

Os resultados, contudo, devem ser interpretados à luz dos limites metodológicos do estudo. A análise documental e os dados descritivos de matrícula não permitem estabelecer uma relação causal definitiva entre a implantação da ETI e a redução do número de estudantes. Tampouco a ausência de registros públicos identificados comprova que diagnósticos ou consultas não tenham ocorrido. Além disso, não foram investigadas individualmente as trajetórias dos estudantes que deixaram a escola nem os efeitos de longo prazo do retorno ao regime parcial. Esses limites abrem possibilidades para pesquisas complementares que incluam entrevistas com estudantes, familiares, profissionais da educação e gestores; investigação dos percursos escolares e dos motivos de saída; comparação com outras escolas estaduais; e acompanhamento da EEJN após 2025.

Conclui-se que a ampliação do tempo escolar, por si só, não assegura a permanência discente nem a realização dos objetivos formativos anunciados. Sua efetividade depende da adequação às condições territoriais, de mecanismos de avaliação e revisão e de canais efetivos de participação democrática. A experiência da EEJN evidencia, assim, a necessidade de considerar as especificidades locais na formulação e implementação das políticas educacionais no Amapá.

## REFERÊNCIAS

AMAPÁ (Estado). Decreto nº 4.446, de 19 de dezembro de 2016. Cria o Programa de Educação em Tempo Integral nas Escolas de Ensino Médio da Rede Pública Estadual, no âmbito do Estado do Amapá, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amapá, Macapá, n. 6.341, 19 dez. 2016. Disponível em: https://seadantigo.portal.ap.gov.br/diario/DOEn6341.pdf?ts=22022210. Acesso em: 13 jan. 2026.

AMAPÁ (Estado). Lei nº 2.283, de 29 de dezembro de 2017. Institui o Programa de Escolas do Novo Saber, no âmbito do Estado do Amapá, e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=85331. Acesso em: 13 jan. 2026.

AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. Secretaria de Estado da Educação. Governo do Amapá entrega espaços revitalizados da Escola Estadual Jesus de Nazaré. Macapá, 2022. Disponível em: https://seed.portal.ap.gov.br/noticia/2802/. Acesso em: 13 jan. 2026.

AMAPÁ (Estado). Decreto nº 8.880, de 23 de dezembro de 2024. Diário Oficial do Estado do Amapá, Macapá, n. 8.315, p. 19, 23 dez. 2024. Disponível em: https://diofe.portal.ap.gov.br/. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar: microdados da educação básica. Brasília, DF: Inep. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar. Acesso em: 01 mar. 2025.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 101, p. 57-76, mar. 2015.

DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos. Educação integral no estado de Pernambuco: uma realidade no ensino médio. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

G1 AMAPÁ. Escola Jesus de Nazaré vai ser transformada em centro educacional, diz Governo do Amapá. Macapá, 12 dez. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/12/12/escola-jesus-de-nazare-vai-ser-transformada em-centro-educacional-diz-governo-do-amapa.html. Acesso em: 13 jan. 2026.

GADOTTI, Moacir. Educação integral no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. Mana, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

HOLANDA, Maria do Socorro; SILVA, José Roberto. Escolas de tempo integral do Estado de Pernambuco: uma análise do cumprimento do objetivo de melhora da qualidade do ensino médio e qualificação profissional dos estudantes. Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 3, n. 1, p. 276-283, 2017.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). Introdução às bases do modelo: Escola da Escolha. Recife: ICE, 2016a.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). Modelo pedagógico: conceitos. Recife: ICE, 2016b.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). Tecnologia de Gestão Educacional (TGE). Recife: ICE, 2016c.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. Projeto Gabinete nas Escolas chega à zona central de Macapá e visita Escola Estadual Jesus de Nazaré. Portal MPAP, 07 dez. 2019. Disponível em: https://mpap.mp.br/noticias/gerais/projeto-gabinete-nas-escolas-chega-a-zona central-de-macapa-e-visita-escola-estadual-jesus-de-nazare. Acesso em: 14 de jan. 2026.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. In: COLÓQUIO SOBRE PESQUISA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES, 2., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: UNINOVE, 2005.

PARENTE, Cláudia da Silva. Políticas públicas educacionais: formulação, implementação e avaliação. Brasília: Liber Livro, 2018.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

REDE AMAZÔNICA. Jornal do Amapá. Reportagem sobre o reordenamento da Escola Estadual Jesus de Nazaré. Macapá, dez. 2024. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/13179726/. Acesso em: 13 jan. 2026.

SÁ, Antonia Deusa; FERREIRA, José Francisco de Carvalho. O desenvolvimento da educação básica no Amapá de 1991 a 2003: da retórica à prática. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 46, e232432, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/rb6qPKBWSKqbZPxcfzTHnSC/. Acesso em: 15 de jan. 2026.

SANTOS, Antonio Carlos Rodrigues. Segregação socioespacial na produção do urbano: o caso da área de ressaca do Canal do Jandiá em Macapá – AP. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

SANTOS, Juliane Lima dos. Canal do Jandiá: impactos socioambientais e proposta de intervenção urbana. 2017. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

SELES NAFES. Seed desmente fechamento de escola e diz que atendimento será ampliado. Macapá, 11 dez. 2024. Disponível em: https://selesnafes.com/2024/12/seed-desmente fechamento-de-escola-e-diz-que-atendimento-sera-ampliado. Acesso em: 13 jan. 2026.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos. Equilíbrio e desequilíbrio institucional no debate do novo institucionalismo na ciência política: estagnação e mudança de trajetória. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, Araraquara, v. 47, p. 165-182, 2016.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorações sobre a gestão escolar democrática. Revista de Ciências da Educação, ano 11, n. 20, p. 11-33, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

WAHL, Rachel. Agency: the constraint of instrumentality. Journal of Philosophy of Education, v. 56, n. 4, p. 505-522, 2022.